

Relatório da Administração

Prezados senhores: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76, no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL") fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de "Vendor Finance". Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas. Durante o exercício de 2024, os investimentos na controlada DLL Corretora de Seguros, geraram receita acumulada no período no valor de R\$ 25.533. A carteira de crédito apresentou uma redução de 5,4%, totalizando R\$ 15.160.888 em dezembro de 2024. Desse montante, 86,8% está alocado no setor agrícola, que se destaca por operações de financiamento de longo prazo. Aproximadamente 8% da carteira

é destinada aos segmentos de Construção e Transporte, enquanto 3,3% está voltada para Equipamentos Médico-Hospitalares e 1,9% para Equipamentos de Informática e Softwares. Vale ressaltar que, no total, 95% da carteira de crédito do Banco DLL conta com garantia. No decorrer do exercício de 2024, o Banco DLL manteve seus esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito no montante total de R\$ 2.649.605, sendo 26,86% destes com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - "Construction, Transportation & Industrial", Equipamentos de Informática e Softwares- "Techsolution" e Equipamentos Médico-Hospitalares - "Health Care", atingindo um volume total de liberação de crédito de R\$ 811.060. Adicionalmente, atuou no empréstimo para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas e parceiros com os produtos de crédito rotativo e compra de recebíveis (Comercial Finance). Nestes produtos liberou

R\$ 2.871.959 para o setor agrícola e mais R\$ 709.269 para o setor de Construção e Transporte. Em 2024, o Banco DLL enfrentou um cenário econômico desafiador, especialmente no setor agrícola, que foi impactado pela queda nos preços das commodities e por eventos climáticos extremos associados ao fenômeno El Niño. Esses fatores resultaram em taxas de inadimplência elevadas, uma tendência observada em todo o mercado, afetando instituições financeiras que atuam nesse segmento. Em resposta a esse contexto, o Banco DLL realizou ajustes estratégicos em suas matrizes de aprovação de crédito, assegurando um perfil de clientes sólido e adaptado às novas condições de mercado, ao mesmo tempo em que manteve o portfólio predominantemente respaldado por garantias reais e/ou pessoais. Apesar dos desafios, a empresa finalizou o exercício de 2024 um portfólio de R\$ 15.160.888. Além disso, iniciativas financeiras estratégicas implementadas em 2024, como uma injeção de capital de R\$ 354.998 e um financiamento de US\$ 120.000 do IFC, reforçaram nossa estrutura financeira, preparando-nos para uma possível recuperação de crédito a partir do segundo semestre de 2025.

Porto Alegre, 25 de março de 2025
A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Nota	2024		2023		PASSIVO	Nota	2024		2023	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Circulante		6.005.831	6.278.989			Circulante		5.476.739	4.959.409		
Caixa e equivalentes de caixa	4	206	40			Instrumentos financeiros e depósitos		5.400.146	4.860.343		
Instrumentos financeiros		6.184.264	6.332.021			Depósitos	10	2.019.194	933.316		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	154.258	144.538			Recursos de aceites e emissões de títulos	11	1.310.265	—		
Depósitos no Banco central do Brasil	19a	354.998	—			Obrigações por empréstimos no exterior	12	137.663	1.997.989		
Instrumentos financeiros derivativos	5	—	2.434			Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	13a	1.497.312	1.597.947		
Operações de crédito	6	5.333.062	5.795.774			Obrigações por repasses do exterior	13b	431.170	322.719		
Operações de arrendamento mercantil	6	301.762	323.091			Instrumentos financeiros derivativos	5	4.542	8.372		
Outros instrumentos financeiros	7	40.184	66.184			Fiscais e previdenciárias	15a	28.724	16.145		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(275.821)	(109.267)			Outros passivos	15b	47.869	82.921		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(265.191)	(100.408)			Não circulante		8.528.387	9.011.348		
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(10.630)	(8.859)			Instrumentos financeiros e depósitos		8.346.586	8.854.431		
Outros ativos	8	97.182	56.195			Depósitos	10	681.348	1.022.017		
Não circulante		9.436.564	9.126.440			Recursos de aceites e emissão de títulos	11	1.246.245	1.531.307		
Instrumentos financeiros		9.526.064	9.087.358			Obrigações por empréstimos no exterior	12	516.564	—		
Operações de crédito	6	9.155.502	8.651.842			Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	13a	3.607.141	4.068.872		
Operações de arrendamento mercantil	6	370.562	435.516			Obrigações por repasses do exterior	13b	1.416.490	1.351.415		
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(765.833)	(216.979)			Instrumentos financeiros derivativos	5	10.621	143.168		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(754.067)	(196.666)			Dívidas subordinadas	14	488.911	382.317		
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(11.766)	(20.313)			Rendas diferidas	18	379.266	355.335		
Ativo fiscal diferido - Créditos tributários	16b	621.917	211.891			Fiscais e previdenciárias	15a	146.727	120.338		
Investimentos	9	53.565	40.748			Provisão para processos fiscais e trabalhistas	17	35.074	36.579		
Imobilizado de uso (líquido de depreciação acumulada)		2.848	3.394			Patrimônio líquido	19	1.439.269	1.434.672		
Intangível (líquido de amortização acumulada)		3	28			Capital:					
TOTAL		15.444.395	15.405.429			De domiciliados no país		1.609.952	1.254.964		
						De domiciliados no exterior		48	38		
						Reserva de lucros		—	179.670		
						Prejuízos acumulados		(170.731)	—		
						TOTAL		15.444.395	15.405.429		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 31 de dezembro de 2022	Capital Social			Reserva de lucros		Total
	Nota	Capital realizado	Legal	Estatutária	Lucros/Prejuízos acumulados	
Aumento de capital Social		727.024	64.679	97.312	—	889.015
Juros sobre capital próprio	19a	527.978	—	—	—	527.978
Lucro líquido do exercício	19b	—	—	(87.002)	—	(87.002)
Destinação:	19d	—	—	—	104.681	104.681
Reserva legal	19c	—	5.234	—	(5.234)	—
Reserva estatutária	19e	—	—	99.447	(99.447)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	1.255.002	69.913	109.757	—	1.434.672
Aumento capital social	19a	354.998	—	—	—	354.998
Juros sobre capital próprio	19b	—	—	(89.003)	—	(89.003)
Prejuízo do exercício	19d	—	—	—	(261.398)	(261.398)
Reversão:						
Reserva legal	19c	—	(69.913)	—	69.913	—
Reserva estatutária	19e	—	—	(20.754)	20.754	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Nota	1.610.000	69.913	109.757	(170.731)	1.439.269
Saldo em 30 de junho de 2024	Nota	1.255.002	69.913	109.757	(99.567)	1.335.105
Aumento capital social	19a	354.998	—	—	—	354.998
Juros sobre capital próprio	19b	—	—	(89.003)	—	(89.003)
Prejuízo do semestre	19d	—	—	—	(161.831)	(161.831)
Reversão:						
Reserva legal	19c	—	(69.913)	—	69.913	—
Reserva estatutária	19e	—	—	(20.754)	20.754	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	Nota	1.610.000	69.913	109.757	(170.731)	1.439.269

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: O Banco De Lage Landen Brasil S.A. ("Banco DLL" ou "Banco") foi constituído em 6 de março de 2002, na cidade de Porto Alegre - RS e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN" ou "BCB") em 3 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002. O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de "Technology Solutions", direcionando a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico. Em 11 de fevereiro de 2016, foi constituída a DLL Corretora de Seguros Ltda., que tem como objetivo a prestação de serviços de corretagens em todos os ramos de seguros, consultoria e serviços técnicos de corretagem, como prestação de assistência e administração de carteira de seguros. **Impactos climáticos:** O Banco DLL realiza tradicionalmente um processo de monitoramento contínuo de sua carteira, com base na classificação do risco de integridade dos clientes. A cada revisão, é realizada uma análise completa do risco de integridade, abrangendo diversos requisitos, destacando-se o risco de imagem, reputacional, regulatório, entre outros. Risco de integridade "alto" requer revisão anual, "médio" a cada três anos e risco de integridade "baixo" a cada cinco anos. Diante da elevada importância às questões socioambientais, o Banco DLL passou a conduzir, desde junho de 2023, um monitoramento que envolve a coleta de informações via satélite de desmatamento e lista de trabalho escravo, conforme previsto na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASAC) da instituição. Ou seja, caso um cliente, na fase de contratação, não apresente irregularidades, mas venha a figurar posteriormente em uma lista restritiva (como, por exemplo, IBAMA ou trabalho escravo), a revisão para uma nova classificação do risco de integridade é antecipada. Importante mencionar que a avaliação da irregularidade também compreende a análise de documentos militantes, dentre os quais destacamos: PRAD¹, PRA², TAC³, TC⁴, ASV⁵ ou qualquer outro documento que demonstre a regularização ou regularidade do ato. Esses documentos devem estar em conformidade com as condições estabelecidas pelo BNDES na Circular BNDES nº 76/2023, que entrou em vigor em 10/03/2024, assim como com o Código Florestal, conforme as alterações introduzidas pela Lei nº 14.595/2023. Esta lei determina, no parágrafo 8º do art. 59, que, a partir da assinatura do termo de compromisso e durante a vigência do PRA, o proprietário ou possuidor de imóvel rural estará em processo de regularização ambiental, conforme previsto nesta legislação. A estrutura de gestão mencionada está alinhada ao atendimento das resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945 que passaram a vigorar em julho/2022, com um olhar apurado para o gerenciamento de riscos associados às questões ambientais e sociais além de uma PRASAC. Em 2024, os riscos climáticos se intensificaram, relacionados ao fenômeno El Niño, apresentando desafios significativos para o setor agrícola. Eventos extremos, como secas prolongadas e inundações recorrentes, afetaram cultivos essenciais como soja, milho e arroz. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2024, o Rio Grande do Sul sofreu um desastre climático, com chuvas excessivas que afetaram amplamente a população e impactaram diretamente o agronegócio, devastando safras de soja, milho e arroz. A infraestrutura danificada dificultou o transporte e aumentou os custos, resultando em escassez de alimentos e a interrupção no abastecimento. Além disso, os preços elevados pressionaram a inflação, causando sérios impactos aos pequenos produtores que enfrentaram desafios para retomarem as atividades. Esse acontecimento ressaltou a necessidade de investir em estruturas mais resilientes e medidas para mitigar futuros desastres climáticos. É importante destacar a publicação da Lei nº 14.904, de 2024, que estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas. Essa norma, publicada em 27 de junho de 2024, busca reduzir a vulnerabilidade e a exposição a riscos nos sistemas ambiental, social, econômico e de infraestrutura, enfrentando os efeitos adversos das mudanças climáticas.

O Banco DLL tem se posicionado de maneira proativa diante dos desafios climáticos de 2024, reafirmando seu compromisso com a sustentabilidade e a resiliência do setor agrícola. As políticas do Banco DLL estão alinhadas às diretrizes da Lei nº 14.904 e busca apoiar os produtores rurais por meio de soluções financeiras sustentáveis que atendam às suas necessidades específicas. O objetivo da instituição é manter uma carteira de crédito de qualidade, atenta às oportunidades e limitações de cada produtor. As instituições financeiras do setor agrícola, de modo geral, enfrentam desafios contínuos, como riscos climáticos, volatilidade nos preços das commodities, dificuldades relacionadas a crédito e financiamento, além de infraestrutura inadequada. Para fomentar um crescimento sustentável, será cada vez mais necessário adotar práticas ecológicas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emitidas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BCB. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020, a qual estabelece os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização do imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas acerca dos itens descritos acima, pelo menos semestralmente. Em 21 de março de 2025, a Diretoria Executiva em conjunto com o Comitê de Auditoria, aprovaram as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data. **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Banco são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, sendo essa a moeda funcional e de apresentação do Banco.

3. Descrição das principais práticas contábeis: Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata temporis", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear. **b. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados.** São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(ii) Títulos disponíveis para a venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento.** São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários. Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o Banco não possuía títulos nessa categoria. **(iii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.** São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nessa categoria, estão registrados os valores a receber oriundos de operações de crédito. O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **(iv) Instrumentos financeiros derivativos -** Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço. O Banco mantém operação de captação de Dívida Subordinada à qual é designada como objeto de hedge, apresentando como instrumento de hedge o instrumento financeiro derivativo, ambos ajustados ao valor de mercado. Essa estrutura está classificada na categoria de hedge de risco de mercado. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas pelo valor de mercado (valor justo), contabilizando a valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos considerados

Demonstrações de Resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas de intermediação financeira	Nota	2024		2023	
		2ºSemestre	Exercício	Exercício	Exercício
Operações de crédito		1.153.641	2.400.621	1.277.651	—
Operações de arrendamento mercantil		1.035.395	2.170.743	1.380.435	—
Operações de operações com títulos e valores mobiliários		61.885	124.949	118.732	—
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		12.912	22.722	25.779	—
Despesas de intermediação financeira		(1.391.587)	(2.646.557)	(892.625)	—
Operações de captação no mercado		(326.361)	(586.340)	(324.769)	—
Operações de empréstimos e repasses		(484.986)	(1.088.280)	(387.587)	—
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6f	(580.240)	(971.937)	(180.269)	—
Resultado bruto de intermediação financeira		(237.946)	(245.936)	385.026	—
Outras receitas/(despesas) operacionais		(156.147)	(316.765)	(240.165)	—
Receitas de prestação de serviços	20	993	3.029	3.135	—
Despesas de pessoal	21	(48.043)	(92.115)	(88.597)	—
Outras despesas administrativas	22	(97.217)	(186.143)	(154.350)	—
Despesas tributárias	27	(23.855)	(57.973)	(51.332)	—
Resultado de participações em controlada	8	7.662	12.817	11.557	—
Outras receitas operacionais	23	15.077	25.839	53.284	—
Outras despesas operacionais	23	(10.764)	(22.219)	(13.862)	—
Resultado operacional		(394.093)	(562.701)	144.861	—
Resultado não operacional		6	14	(186)	—
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(394.087)	(562.687)	144.675	—
Imposto de renda e contribuição social		228.676	301.289	(32.794)	—
Provisão para imposto de renda	16a	12.615	(44.796)	(30.258)	—
Provisão para contribuição social	16a	8.638	(37.553)	(25.082)	—
Ativo fiscal diferido		207.290	383.638	22.546	—
Participação no lucro (Prejuízo)/lucro do semestre/exercício		3.581	(261.398)	104.681	—
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		1.610.000	1.610.000	1.255.002	—
Lucro/(prejuízo) por ação - R\$		(0,13)	(0,21)	0,10	—

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado Abrangente - Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(Prejuízo)/lucro do semestre/exercício	2024		2023	
	2º			